

SÉRIE TRADUÇÃO

01

A FAMÍLIA É UNIVERSAL?¹

MELFORD E. SPIRO
Brasília, 2011

Universidade de Brasília
Departamento de Antropologia
Brasília
2011

¹ Traduzido por Zulmira Guerreiro Marques (com revisão da Prof. Alcida Rita Ramos) do original: "Is the Family Universal?" *American Anthropologist*, American Anthropological Association, vol. 56, 1954, pp. 839-846.

Originalmente publicado nos Cadernos de Antropologia da Editora UnB com a permissão do Autor e da American Anthropological Association.

Série Tradução é editada pelo Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília com o objetivo de divulgar textos traduzidos para o português por docentes e discentes no campo da Antropologia Social.

1. Antropologia 2. Tradução. Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília

Solicita-se permuta.

Série Tradução Vol. 01, Brasília: DAN/UnB, 2011.



Universidade de Brasília

Reitor: José Geraldo de Souza Jr.

Diretor do Instituto de Ciências Sociais: Gustavo Lins Ribeiro

Chefe do Departamento de Antropologia: Luís Roberto Cardoso de Oliveira

Coordenador da Pós-Graduação em Antropologia: José Antônio Vieira
Pimenta

Coordenadora da Graduação em Antropologia: Marcela Stockler Coelho
de Souza

Conselho Editorial:

Andréa de Souza Lobo

Soraya Resende Fleischer

Comissão Editorial:

Andréa de Souza Lobo

Larissa Costa Duarte

Soraya Resende Fleischer

Editoração Impressa e Eletrônica:

Cristiane Costa Romão

EDITORIAL

A Série Tradução é uma iniciativa do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília apoiada pelo Decanato de Extensão desta Universidade via Edital DEX 1/2010. Como atividade de extensão, o objetivo desta Série é reunir e disponibilizar a um público mais amplo traduções em formato digital e com acesso livre por intermédio do sítio do Departamento de Antropologia. Tais traduções vêm sendo realizadas, há alguns anos, no âmbito do Departamento de Antropologia. Até então, estes materiais, em sua maioria, estiveram circulando de forma artesanal e informal, como documentos eletrônicos e/ou cópias xerográficas ou mimeografadas.

Os textos foram traduzidos por docentes e discentes do Departamento de Antropologia, geralmente para fins didáticos. São materiais referenciais para o *corpus* teórico da disciplina e sua ampla demanda e utilização justificam que versões em português sejam produzidas, sobretudo para o público graduando, nem sempre versado em uma segunda língua.

Cada número da Série é dedicado a um só artigo, ensaio ou material traduzido. Novas traduções serão sempre bem vindas e, sendo acolhidas e aprovadas pelo Conselho Editorial bem como garantidas pelo direito autoral da publicação de origem, poderão ser publicados em nossa Série Tradução.

Conselho Editorial

Introdução

A universalidade da família tem sido sempre aceita em antropologia como uma hipótese válida. Recentemente Murdock pode confirmar essa hipótese baseado no seu importante estudo transcultural (cross-cultural) sobre parentesco. Além disso, Murdock informa que a família "nuclear" é também universal e que apresenta normalmente quatro funções: sexual, econômica, reprodutiva e educativa. O mais importante em seu estudo é a revelação de que nenhuma sociedade "conseguiu encontrar um substituto adequado para a família nuclear, para o qual pudesse transferir essas funções" (1949:11). À luz dessa evidência não haveria muita razão para se questionar sua previsão de que "é muito improvável que haja sociedades bem sucedidas em tentativas de tal ordem, apesar de haver propostas utópicas para se abolir a família" (p.11).

As funções desempenhadas pela família nuclear são, naturalmente, pré-requisitos universais para a sobrevivência de qualquer sociedade. É baseado nesse fato que Murdock a considera universal.

Sem a presença da primeira e da terceira (sexual e reprodutiva), a sociedade se extinguiria; sem a segunda (econômica), a própria vida cessaria; sem a quarta (educativa), a cultura chegaria ao fim. A enorme utilidade social da família nuclear - e a razão básica de sua universalidade começam assim a sobressair (p.10).

Embora as atividades sexual, econômica, reprodutiva e educativa sejam pré-requisitos funcionais de qualquer sociedade, surpreende-nos um pouco que todas essas quatro funções sejam desempenhadas pelo mesmo grupo social. Dada a grande variabilidade encontrada nas culturas humanas, seria de se supor, *a priori*, que houvesse culturas onde essas quatro funções estivessem distribuídas por mais de um grupo. Pelo menos em

termos lógicos, é perfeitamente possível que essas funções estejam divididas por vários grupos sociais numa mesma sociedade; seria mesmo difícil de crer que a capacidade inventiva do homem, em alguma parte do mundo, não tornasse real essa possibilidade lógica. De fato, ela se tornou realidade em certas comunidades utópicas — e tem sido bem sucedida dentro dos estreitos limites dessas comunidades. No entanto, estas se tem sempre constituído em subgrupos dentro de uma sociedade maior, permanecendo assim a questão básica sobre se tais tentativas poderiam ter sucesso quando aplicadas a sociedade maior.

Porém, o presente trabalho, em vez de especular sobre a resposta a esta pergunta, apresenta um estudo de caso de uma comunidade que, como as comunidades utópicas, desenvolveu uma estrutura social que não inclui a família. Esperamos que o exame dessa comunidade — o *kibbutz* de Israel — venha clarificar essa questão.

Matrimônio e família no *kibbutz*

Kibbutz (no plural, *kibbutzim*) é uma fazenda coletiva de Israel cujas principais características são: vida comunal, propriedade coletiva (portanto, ausência de "livre empresa" e de "lucro") e educação infantil comunal. A cultura do *kibbutz* é regida pelo seguinte princípio orientador e explícito: "de cada um conforme sua capacidade, a cada um conforme suas necessidades". A "família", segundo definição em *Social Structure*, não existe no *kibbutz*, em quaisquer de suas formas: nuclear, poligâmica ou extensa. Deve-se enfatizar, entretanto, que os *kibbutzim* estão organizados em três federações nacionais distintas e, embora a estrutura básica da sociedade de *kibbutz* se já semelhante em todas, há diferenças importantes entre elas. Portanto, neste

trabalho o termo *kibbutz* refere-se exclusivamente àqueles *kibbutzim* que são membros da federação estudada pelo autor.

"Família", como Murdock a define (p.1):
é um grupo social caracterizado por residência comum, cooperação econômica, e re produção. Inclui adultos de ambos os sexos, sendo que pelo menos dois deles mantêm relações sexuais socialmente aprovadas, e um ou mais filhos destes, próprios ou adotados.

O grupo social do *kibbutz*, constituído de adultos de ambos os sexos e seus filhos, é caracterizado pelo fator reprodutivo, mas não pelo de residência comum ou cooperação econômica. Antes de examinarmos esse grupo social como um todo, iremos, entretanto, analisar a relação entre os dois adultos do grupo que mantêm uma "relação sexual aprovada socialmente" a fim de determinar se essa relação se constitui era "matrimônio".

As pesquisas de Murdock revelam que matrimônio compreende a interação de pessoas de sexos opostos de tal modo que existe uma relação sexual relativamente permanente e uma divisão econômica do trabalho. Quando um desses padrões de comportamento estiver ausente, não haverá matrimônio. Como diz Murdock (p.8):

Unões sexuais sem cooperação econômica são comuns e existem relações entre homens e mulheres envolvendo uma divisão de trabalho sem que haja gratificação sexual (...) mas só há matrimônio quando o econômico e o sexual estão unidos numa só relação, e esta combinação ocorre apenas no matrimônio.

Ao examinarmos a relação de um casal de *kibbutz* vinculado pelo matrimônio e cuja união sexual é sancionada socialmente, verificamos que somente um desses dois critérios se aplica, a saber, o sexual. Sua relação não implica em cooperação econômica. Se é esse o caso — e os fatos serão examinados a

seguir – não existe matrimônio no *kibbutz*, se por "matrimônio" entendermos uma relação entre adultos de sexos opostos, caracterizada por atividades sexuais e econômicas. Portanto, foi encontrada aqui uma exceção para a generalização de que "matrimônio, assim definido, existe em toda sociedade conhecida" (p.8).

O casal de *kibbutz* mora num cômodo único, que serve como quarto e sala de estar. As refeições são feitas num refeitório comum e seus filhos são criados num dormitório infantil comunal. Tanto o homem como a mulher trabalham na fazenda coletiva e cada um pode fazê-lo num dos ramos agrícolas ou num dos "serviços". Estes últimos incluem trabalho de escritório, educação, trabalho de cozinha, lavanderia etc. Na verdade, os homens predominam nos ramos agrícolas e as mulheres nos ramos de serviços. Por exemplo, não há homens no setor do sistema educacional, que abrange desde a infância até ao nível de secundário adiantado, e nem as mulheres trabalham naqueles setores agrícolas que requerem o uso de maquinaria pesada, tais como caminhões, tratores etc. Note-se, entretanto, que algumas mulheres desempenham papéis primordiais em ramos agrícolas, tais como hortas e pomares, e que alguns homens são indispensáveis em serviços tais como educação secundária. Contudo, é correto afirmar que a divisão sexual do trabalho é uma característica da sociedade de *kibbutz* como um todo. Entretanto, esta mesma divisão de trabalho não caracteriza as relações que existem entre casais. Cada membro do casal trabalha num ramo da economia do *kibbutz* e, como membro (*chaver*), cada um recebe sua cota de bens e serviços fornecidos pelo *kibbutz*, mas nenhum dos dois está engajado em atividades econômicas dirigidas exclusivamente para a satisfação das necessidades do outro. As mulheres cozinham, costuram, lavam, etc., para todo o *kibbutz* e não apenas para seus companheiros. Os homens produzem bens,

mas os resultados econômicos de seu trabalho vão para o *kibbutz* e não para suas companheiras e para si próprios, embora, como membros do *kibbutz*, todos eles partilhem desses resultados. Assim, ainda que exista cooperação econômica entre os sexos dentro da comunidade como um todo, esta cooperação não existe entre cônjuges, porque a estrutura social dessa sociedade exclui a necessidade de tal cooperação.

Qual é então a natureza da relação dos casais de *kibbutz*? Quais são os motivos para sua união? Que funções, além da sexual, ela desempenha? O que distingue tal união de um simples caso amoroso?

Ao tentarmos responder a essas perguntas devemos antes observar que não há tabus a respeito de relações pré-maritais. Espera-se, todavia, que os jovens em idade de cursar escola secundária evitem atividades sexuais, que são fortemente desencorajadas. Mas depois da formatura e de sua eleição como membros do *kibbutz*, esses jovens não estão mais sujeitos a sanções contra relações sexuais. Enquanto solteiros, os membros do *kibbutz* vivem em pequenos cômodos particulares e sua atividade sexual pode ter lugar tanto nos aposentos do rapaz, como nos da jovem, ou em qualquer outro local conveniente. Um casal de namorados não pede permissão ao *kibbutz* para morar num cômodo maior e comum a ambos e, se pedisse, não obteria se sua relação fosse considerada como sendo meramente de amantes. Quando um par pede autorização para compartilhar de um cômodo, isso é feito — e o *kibbutz* presume que assim seja — não porque ambos sejam amantes, mas porque estão apaixonados. A requisição de um cômodo representa, dessa maneira, um sinal de que eles desejam tornar-se um "casal" (*zug*); esse termo substitui no *kibbutz* o tradicional "matrimônio". Esta união não requer a sanção de uma cerimônia de casamento nem outro evento qualquer. Quando um par requisita um cômodo e o *kibbutz* o

concede, sua união é *ipso facto* sancionada pela sociedade. Deve-se notar, entretanto, que todos os "casais" de *kibbutz* "casam-se" eventualmente, de acordo com as leis matrimoniais do Estado. Isso ocorre geralmente antes ou pouco depois do nascimento de seu primeiro filho, pois os filhos nascidos fora de matrimônio não têm direitos legais, segundo as leis estatais.

Mas tornar-se um "casal" não afeta o status nem as responsabilidades de ambos os cônjuges dentro do *kibbutz*. Ambos continuam a trabalhar no ramo da economia em que trabalhavam antes da união. O status legal e social de ambos permanece o mesmo. A mulher conserva seu nome de solteira; não só ela é "considerada como membro do *kibbutz*, como sua carteira de registro oficial nos arquivos do *kibbutz* permanece separada da de seu "amigo" (*chaver*), termo este usado para designar cônjuges."

Mas se a satisfação sexual pode ser obtida fora desta união, e, se a união não envolve cooperação econômica, o que motiva as pessoas a tornarem-se "casais"? Parece que a motivação aí é o desejo de satisfazer certas necessidades de intimidade, tanto física como psicológica. Em primeiro lugar, do ponto de vista sexual, o *chaver* típico não se contenta em envolver-se numa série constante de casos amorosos sem conseqüências. Depois de um período de experiências sexuais, ele deseja estabelecer uma relação relativamente permanente com uma única pessoa. Mas, além da intimidade sexual, essa união fornece uma intimidade psicológica que pode ser expressa em noções como "camaradagem", "segurança", "dependência", "amparo" etc. E é principalmente essa intimidade psicológica que distingue "casais" de simples namorados. Desse modo, o amor é o critério para a relação de "casal", distinguindo-a de relações entre adultos do mesmo sexo que gozam de intimidade psicológica e de relações entre adultos de sexos opostos que desfrutam de intimidade física. O casal passa a

existir quando esses dois tipos de intimidade estão unidos numa mesma relação.

Uma vez que as uniões no *kibbutz* não constituem matrimônio, porque não satisfazem o critério econômico, então um "casal" e seus filhos não constituem uma família, pois a cooperação econômica é parte da definição de "família". Além disso, como já indicamos, esse grupo de adultos e crianças não satisfaz o critério de "residência comum", pois, embora os filhos visitem diariamente os aposentos dos pais, residem numa das "casas de crianças" (*bet yeladim*), onde dormem, comem e passam a maior parte do tempo.

Entretanto, o mais importante para se determinar se existe ou não família no *kibbutz* é o fato de que o "cuidado físico" e a "educação social" dos filhos não são da responsabilidade dos pais. Mas, de acordo com Murdock, essas responsabilidades constituem as funções mais importantes que tem os adultos da "família" em relação aos filhos.

Antes de entrarmos na discussão do sistema de "educação coletiva" (*chinuchme shutaf*) do *kibbutz*, devemos enfatizar que o *kibbutz* é uma sociedade essencialmente voltada para a criança. A importância das crianças, que é uma característica da cultura judaica tradicional, foi mantida como um dos principais valores nesta sociedade que é hoje manifestamente anti-tradicional. "A Coroa dos Pais" é o título de um capítulo da etnografia sobre a aldeia judaica da Europa Oriental. Seus autores (Zborowski e Herzog, 1952:308) escrevem o seguinte:

Além das razões dadas nas escrituras e pela sociedade, os filhos são bem-vindos pela alegria que trazem aos pais, alegria essa que vai além da gratificação a eles devida: o prazer de ter uma criança em casa. O bebê é um brinquedo, um tesouro, o orgulho da casa.

Excetuando a referência às escrituras, essa descrição se aplica integralmente ao *kibbutz*.

Porém, no *kibbutz*, há ainda outra razão para as crianças serem assim acolhidas. O *kibbutz* é visto por seus membros como uma tentativa de revolucionar a estrutura da sociedade humana em suas relações sociais básicas. A sua fé na capacidade de alcançar esse objetivo só pode ser justificada se o *kibbutz* puder criar uma geração que opte por viver nessa sociedade comunal e, assim, continuar o trabalho iniciado pelos fundadores dessa sociedade, i.e., seus pais.

Por essas duas razões, a criança é soberana. Ela é cercada de atenções e cuidados pródigos ao ponto de muitos adultos admitirem que as crianças são mimadas em excesso. Os adultos podem morar pobremente, mas as crianças moram em boas casas; o alimento dos adultos pode ser escasso e monótono, mas as crianças desfrutam de uma variedade de comida excelente; pode haver racionamento de roupas para os adultos, mas o vestuário infantil é farto e de boa qualidade.

Entretanto, apesar dessa ênfase na criança, não são os próprios pais que diretamente contribuem para os cuidados físicos dos filhos. Na realidade, eles não têm qualquer responsabilidade neste aspecto. O *kibbutz* como um todo assume essa responsabilidade para com todas as crianças. Estas dormem e comem em "casas de crianças" especiais; adquirem suas roupas numa loja comunal; quando doentes, são cuidadas por "enfermeiras". Isso não significa que os pais não se interessem pelo bem estar de seus filhos; ao contrário, esta é uma de suas maiores preocupações; significa sim, que quem tem a responsabilidade ativa pelo cuidado das crianças é uma instituição da comunidade. Tão pouco isso quer dizer que os pais não trabalhem para o cuidado físico de seus filhos, pois esta é uma de suas motivações mais fortes. Porém, os frutos de seu trabalho não revertem diretamente para os filhos, e sim para a comunidade que, por sua vez, prove a todas as crianças. Uma pessoa solteira ou um

"casal" sem filhos contribui tanto para o cuidado físico das crianças quanto um "casal" com filhos.

Murdock diz que a responsabilidade da família na socialização da criança é "tão importante quanto o seu cuidado físico".

No mundo inteiro, o peso da educação e socialização recai principalmente sobre a família nuclear (...). A responsabilidade coletiva pela educação e socialização, talvez mais do que qualquer outro fator, serve para consolidar as várias relações da família (p.10).

Porém, no *kibbutz*, a educação e socialização das crianças é uma função de suas "babás" e professores e não de seus pais. O recém-nascido é colocado na "casa infantil" após a sua mãe sair do hospital e aí permanece sob os cuidados de enfermeiras. Ambos os pais visitam seu filho aí, a mãe quando o amamenta e o pai quando volta do trabalho. A criança não vai aos aposentos dos pais até completar seis meses, podendo daí em diante ficar com eles durante uma hora. À medida que a criança cresce, mais tempo ela pode passar com seus pais, podendo ir visitá-los em casa quando quiser, durante o dia, embora tenha que voltar a sua "casa de crianças" antes do apagar das luzes. No entanto, sendo que as crianças estão na escola na maior parte do dia, e os pais trabalham também durante o dia, os filhos – mesmo em férias – ficam com seus pais aproximadamente duas horas por dia, no período desde a volta dos pais do trabalho até estes saírem para jantar. Os filhos também podem, se quiserem, passar com os pais todo o sábado, que é o dia de descanso.

Conforme a criança vai crescendo, ela passa por uma sucessão de "casas de crianças" juntamente com outras crianças de sua idade, onde é supervisionada por uma "babá". Esta é que começa a disciplinar a criança, a ensinar-lhe as práticas sociais básicas, sendo a responsável pela "socialização de seus instintos". É certo que a criança também aprende com seus pais, também eles

sendo agentes no processo de socialização. Mas a maior parte desse processo é confiada e delegada às "babás" e professores. É quase certo que uma criança de *kibbutz* aprenda sua cultura, mesmo se desprovida da contribuição dos pais para sua socialização; mas, privada da contribuição de suas "babás" e professores, ela permaneceria um ser não-socializado.

À medida em que as crianças entram na fase juvenil, pré-adolescente e adolescente, elas são gradualmente introduzidas na vida econômica do *kibbutz*. Trabalham de uma hora (alunos de primário) a três horas (alunos em último ano do secundário) por dia num dos ramos econômicos sob a supervisão de adultos. Assim, suas habilidades econômicas, como a maioria de suas habilidades sociais anteriores, são ensinadas, não por seus pais, mas por outros adultos. Esta generalização se aplica também ao aprendizado de valores do *kibbutz*, que na tenra idade são inculcados por "babás" e mais tarde por professores. Quando a criança passa para o penúltimo ano do secundário, essa função, que é tida no *kibbutz* como de importância fundamental, é delegada ao "professor particular", conhecido como o "educador" (*mech anech*), e ao "líder" (*madrich*) do movimento juvenil inter *kibbutz*. Naturalmente, os pais exercem influência no ensinamento dos valores, mas a divisão formal do trabalho no *kibbutz* delegou essa responsabilidade a outras autoridades.

Embora os pais não desempenhem um papel fundamental na socialização de seus filhos, ou na satisfação de suas necessidades físicas, seria errôneo concluir que eles não têm qualquer importância na vida da criança. Eles representam para os filhos os objetos de suas identificações mais importantes e lhes dão certa segurança e afeto que mais ninguém lhes proporciona. A afeição dos filhos pequenos por seus pais é mesmo maior do que em nossa própria sociedade. Porém, isso é irrelevante para o propósito deste trabalho, que é chamar a atenção para o fato de que aquelas

funções dos pais que constituem condição sine qua non para a existência da "família" – o cuidado físico e a socialização dos filhos — não são funções dos pais no *kibbutz*. Podemos apenas concluir que na ausência das funções econômica e educativa da família típica, e de residência comum, a família não existe no kibbutz.

Interpretação

Através desta descrição sumária do *kibbutz*, fica claro que a maioria das funções que caracterizam a família nuclear típica tornaram-se funções da sociedade inteira de kibbutz. Tanto é assim que o *kibbutz* como um todo pode quase satisfazer os critérios pelos quais Murdock define "família". Isto não implica em que o *kibbutz* seja uma família nuclear, pois suas estruturas são diferentes. No entanto, essa observação sugere que o kibbutz pode funcionar sem a família, porque funciona como se, ele próprio, fosse uma família; e pode funcionar assim, porque seus membros percebem-se uns aos outros como parentes, dadas as implicações psicológicas do termo. Isto requer uma explicação.

Os membros do *kibbutz* não se consideram meramente co-cidadãos ou co-residentes de uma aldeia, ou co-trabalhadores de uma economia agrícola. Eles se consideram *chaver im*, companheiros, constituindo um grupo em que cada um está intimamente relacionado com os outros e em que o bem-estar de um está ligado ao bem-estar dos outros. É uma sociedade em que o princípio "de cada um conforme sua capacidade para cada um conforme suas necessidades" é posto em prática, não porque seus membros sejam mais altruístas que os de outras sociedades, mas porque cada membro considera os outros como parentes, psicologicamente falando. E assim como um pai de família não reclama por trabalhar mais do que seus filhos e receber tanto ou menos da renda familiar do que estes, também no *kibbutz* um membro com alta

produtividade econômica não reclama porque recebe tanto ou, às vezes, menos do que um membro cuja produtividade é baixa. Este "princípio" é subentendido como sendo o modo normal de se proceder. Já que são todos *chaver im*, psicologicamente falando, "fica tudo em família".

Em suma, o *kibbutz* consiste num *geme inschaft*. Seus padrões de interação são interpessoais; seus vínculos são de parentesco, sem que haja os respectivos laços biológicos. Sob esse aspecto, representa a "sociedade de folk" em sua forma quase pura. A citação de Redfield (1947) que se segue poderia ter sido escrita tendo em mente o *kibbutz*, tão acuradamente ela descreve a base sócio-psicológica da cultura de *kibbutz*.

Os membros da sociedade de *folk* possuem um forte sentimento de grupo. Este (...) percebe suas semelhanças e, portanto, se sente unido. Cada um, comunicando-se intimamente como os outros, tem direito a solidariedade dos outros (p.297) (...). A vida pessoal e íntima da criança na família é estendida, na sociedade de *folk*, ao mundo social dos adultos (...). As relações em tal sociedade não são meramente pessoais, elas são também familiares (...). O resultado é um grupo de pessoas entre as quais prevalecem as relações pessoais e categorizadas que caracterizam as famílias por nós conhecidas, e no qual os padrões de parentesco tendem a se estender do grupo de indivíduos genealógicamente relacionados para a sociedade inteira. Os parentes são o modelo para todas as experiências (p.301).

É por isso que o homem solteiro e o "casal" sem filhos não sentem que há injustiça quando contribuem para o sustento dos filhos de outrem. As crianças no *kibbutz* são tidas como filhos do *kibbutz*. Os pais (que são bem mais ligados a seus próprios filhos do que aos filhos de outros) e os solteiros se referem igualmente a todas as crianças do *kibbutz* como "nossos filhos".

A percepção social de se ver o próximo como parente, psicologicamente falando, se reflete em outro aspecto importante do comportamento no *kibbutz*. É notável e bastante significativo o fato de que os indivíduos que nasceram e foram criados no *kibbutz*

tendem a praticar exogamia de grupo, embora não haja regras que os forcem ou encorajem a fazê-lo. Na verdade, no kibbutz onde fizemos trabalho de campo, todos os indivíduos nessas condições casaram fora de seu próprio *kibbutz*. Quando pedimos uma explicação para esse comportamento, esses indivíduos respondem que não podem casar com aquelas pessoas com quem eles foram criados e a quem, conseqüentemente, consideram como irmãos. Isto sugere, como indica Murdock, que "para seus membros, o *kibbutz* é psicologicamente visto como uma família na medida em que gera o mesmo tipo de tendências inconscientes para evitar o incesto" (comunicação pessoal).

O que esta discussão sugere é a seguinte proposição: embora, do ponto de vista estrutural, *kibbutz* constitua uma exceção a generalização sobre a universalidade da família, ele serve para confirmá-la do ponto de vista funcional e psicológico. Na ausência de um grupo social específico — a família — ao qual a sociedade delega as funções de socialização, reprodução etc., tornou-se necessário que a sociedade inteira passasse a ser uma grande família extensa. Mas isso é possível somente numa sociedade cujos membros se consideram psicologicamente como parentes. Seria de presumir que houvesse um limite populacional, além do qual os indivíduos não mais se considerariam como parentes. Provavelmente esse ponto é alcançado quando a interação de seus membros não é mais face a face; em suma, quando deixa de ser um grupo primário. Portanto, é provável que somente numa sociedade "familiar", tal como o kibbutz, seria possível não haver a família.

NOTAS

- 1 O trabalho de campo no qual se baseiam minhas afirmações sobre o *kibbutz* foi realizado em um ano (1951-1952) e foi possível graças a uma bolsa pós-doutoral concedida pelo *Social Science Reserch Council*.
- 2 Outros termos, como "homem jovem" (*bachur*) e "mulher jovem" (*bachura*) também são usados em vez de "marido e "mulher". Se mais de uma pessoa no *kibbutz* tiver o mesmo nome próprio, e houver alguma dúvida sobre a quem se está referindo, em determinada conversa, a pessoa é identificada, adicionando-se "o *bachur* de fulana" ou "a *bachura* de sicrano".

REFERÊNCIAS

MURDOCK, G.P.

1949 - *Social Structure*. New York, Macmillan.

REDFIELD, R.

1947 - "The Folk Society". *The American Journal of Sociology* 52:293-308.

ZBOROWSKI, M e E. HERZOG

1952 - *Life is with People*. New York, International Universities Press.

A lista completa dos títulos publicados pela Série Tradução pode ser solicitada pelos interessados à Secretaria do:

Departamento de Antropologia

Instituto de Ciências Sociais

Universidade de Brasília

70910-900 – Brasília, DF

Fone: (61) 3107-7299

Fone/Fax: (61) 3107-7300

E-mail: dan@unb.br

A Série Tradução encontra-se disponibilizada em arquivo pdf no link: www.unb.br/ics/dan